



SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES  
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL,  
EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS



## RESOLUÇÃO

### PROSSEGUIR A LUTA

#### **Defender e conquistar direitos! Aumentar salários, valorizar carreiras profissionais, melhorar condições de trabalho!**

Foi intensa a luta desenvolvida nos últimos meses pelos trabalhadores, em particular da Administração Pública. Recordamos a grande greve de 24 de Outubro, das maiores dos últimos tempos; a presença nas galerias da Assembleia da República (AR), no dia 28 desse mesmo mês, em dia de votação, na generalidade, da proposta de Orçamento do Estado para 2026; e o dia 27 de Novembro, com a concentração de delegados, dirigentes e activistas sindicais de diversos sectores em frente da AR, na Tribuna Pública, no “julgamento” do OE, expresso num mar de cartões vermelhos, que deixou claro que os trabalhadores não aceitam continuar a empobrecer e repudiam a destruição deliberada dos serviços públicos.

A brutal ofensiva desencadeada pelo governo PSD/CDS contra os trabalhadores e os seus direitos, consubstanciada no pacote laboral, teve a resposta à altura. A Greve Geral de 11 de Dezembro constituiu uma poderosa demonstração de força dos trabalhadores, e um sinal claro e inequívoco que não pode ter outra consequência que não seja o abandono do governo da sua intenção de degradar ainda mais uma legislação que já hoje penaliza fortemente o trabalho e os trabalhadores.

Sem qualquer dúvida, a Greve Geral, pese embora todas as manobras de propaganda, todas as chantagens e tentativas de desvalorização, foi uma enorme derrota política para o governo, os seus aliados e apoiantes. Uma derrota infligida pelos trabalhadores que aderiram em massa, incluindo os da Ad. Local, cuja mobilização saudamos de forma especial, mostrando que não abdicam da luta pela dignidade profissional e pela melhoria das suas condições de trabalho. Saudação que estendemos aos dirigentes, delegados e activistas sindicais que construíram e participaram nesta grandiosa jornada de luta.

Uma jornada que continua já no próximo dia 13, com a Manifestação em Lisboa, convocada pela CGTP-IN, do Largo Camões até São Bento, para reafirmar a rejeição do Pacote Laboral e a exigência da sua retirada, para exigir resposta às reivindicações dos trabalhadores e proceder à entrega das assinaturas do abaixo-assinado contra aquele Pacote que está a ser subscrito pelos trabalhadores desde o dia 1 de Outubro, em todos os locais de trabalho, e para a qual apelamos à participação.

Sim, é preciso prosseguir e intensificar a luta para derrotar o pacote laboral que pretende desregular ainda mais os horários de trabalho, facilitar o despedimento individual sem justa causa e o despedimento coletivo para substituir trabalho com

direitos por contratação externa mais barata e sem deveres, que pretende eternizar a precariedade no trabalho (no segundo país com mais precariedade na Europa), alargando os motivos para contratos a prazo o facto de nunca se ter tido um contrato permanente, ao mesmo tempo que coloca entraves ao direito à greve, ataca o direito à liberdade sindical, impedindo os sindicatos de entrar nos locais de trabalho.

Sim, é preciso prosseguir e intensificar a luta, nomeadamente pela revisão da TRU; pelo aumento geral e significativo dos salários - 15% e salário mínimo de 1.050 euros este ano; pela valorização e recuperação das carreiras e profissões; pela revogação do SIADAP; pelos 25 dias de férias e 35 horas para todos; pela inclusão do risco no SPI, a actualização dos valores e aplicação a todos os trabalhadores que desempenham actividades penosas, insalubres e de risco; pela regulamentação dos suplementos remuneratórios; pela identificação das profissões de desgaste rápido; pelo cabal direito à indemnização devida por acidente ou doença profissional.

No ano em que a Constituição celebra 50 anos, que urge defender, cumprir e fazer cumprir, e em que se aproxima a escolha do próximo presidente da república cuja função principal é justamente essa, é evidente a importância de escolher quem respeite e faça respeitar a Constituição, assegurando designadamente que os valores e os direitos fundamentais que aquela consagra, como o acesso à saúde, à educação, à habitação, à segurança social, o direito ao trabalho, entre outros, tenham expressão plena na vida de todos nós, a subordinação do poder económico ao poder político, a valorização do trabalho, dos trabalhadores e dos que trabalharam.

No ano em que se celebram 50 anos das primeiras eleições autárquicas livres, e perante o reforço da direita, é preciso prosseguir em defesa da autonomia e reforço do Poder Local Democrático. É necessário combater as estratégias de adulteração do carácter plural, colegial e democrático do Poder Local, concretizadas na revisão da Lei Eleitoral ambicionada pela direita, constando do programa do Governo, e aceite pelo PS. É preciso continuar a reafirmar a necessidade urgente de criação de regiões administrativas, inscrita na CRP desde 1976, combatendo os projectos de concentração de poderes e governamentalização das CCDR. Não há descentralização sem regionalização, e quem afirma o contrário está a iludir as populações!

É em torno destes objectivos, com esperança, determinação e confiança no futuro, que, neste novo ano, e neste contexto político, repleto de ameaças, mas simultaneamente de potencialidades, nos vamos mobilizar, unir e organizar, desenvolvendo as lutas necessárias nos locais de trabalho, em todos os espaços, para que os possamos alcançar plenamente, por um futuro de progresso e justiça social.

Lisboa, 9 de Janeiro de 2026

A Direcção Nacional do STAL